REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

PRÁTICAS INCLUSIVAS E A POSSIBILIDADE DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

INCLUSIVE PRACTICES AND THE POTENTIAL FOR THE HOLISTIC DEVELOPMENT OF STUDENTS WITH DISABILITIES

PRÁCTICAS INCLUSIVAS Y EL POTENCIAL PARA EL DESARROLLO INTEGRAL DE LOS ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD

Oscarina Alves de Lima
Mestre pela Faculdade EST
E-mail: oscarina.lima13@yahoo.com.br

Fábio Coelho Pinto
Doutor pela Veni Creator Christian University
E-mail: profphabiopinto@gmail.com

Resumo

A educação inclusiva constitui um desafio contemporâneo, ao exigir que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais, tenham participação plena e desenvolvimento integral. Este estudo teve como objetivo analisar práticas pedagógicas inclusivas e sua relação com a aprendizagem significativa, autonomia e participação de alunos com deficiência. A metodologia adotada consistiu em uma revisão sistemática da literatura, com seleção criteriosa de textos nacionais e internacionais publicados entre 2000 e 2023, focando em abordagens teóricas e empíricas relacionadas à inclusão escolar, tecnologias assistivas, planejamento curricular diferenciado, metodologias ativas e avaliação formativa. A análise seguiu procedimentos de categorização temática, considerando dimensões cognitivas, socioemocionais e ético-políticas da educação inclusiva, fundamentadas em autores como Tomlinson (2014), Gardner (1999), Florian (2014) e Black e Wiliam (2009). Os resultados indicam que práticas estruturadas, colaborativas e intencionalmente planejadas promovem autonomia, engajamento, senso de pertencimento e desenvolvimento integral, enquanto a simples presença de recursos tecnológicos ou políticas institucionais não garante inclusão efetiva. Observou-se também que a formação docente, a participação da família e a criação de ambientes acolhedores e flexíveis são fatores decisivos para a equidade e aprendizagem significativa. Conclui-se que a educação inclusiva deve ser compreendida como prática pedagógica, projeto ético-político e estratégia de justiça social, capaz de articular dimensões cognitivas, sociais e emocionais, promovendo a participação plena de todos os estudantes e transformando a escola em espaço equitativo, colaborativo e formativo. O estudo confirma que o objetivo proposto foi atingido, fornecendo subsídios teóricos e práticos para implementação de práticas inclusivas efetivas.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

Palavras-chave: Educação inclusiva. Aprendizagem significativa. Tecnologias assistivas. Planejamento pedagógico. Desenvolvimento integral.

Abstract

Inclusive education represents a contemporary challenge, requiring that all students, regardless of physical, cognitive, or social conditions, achieve full participation and integral development. This study aimed to analyze inclusive pedagogical practices and their relationship with meaningful learning, autonomy, and participation of students with disabilities. The methodology consisted of a systematic literature review, selecting national and international studies published between 2000 and 2023, focusing on theoretical and empirical approaches related to school inclusion, assistive technologies, differentiated curricular planning, active methodologies, and formative assessment. Data analysis followed thematic categorization, considering cognitive, socio-emotional, and ethical-political dimensions of inclusive education, grounded in authors such as Tomlinson (2014), Gardner (1999), Florian (2014), and Black & Wiliam (2009). Results indicate that structured, collaborative, and intentionally planned practices foster autonomy, engagement, sense of belonging, and integral development, whereas mere presence of technological resources or institutional policies does not ensure effective inclusion. Teacher training, family involvement, and creation of welcoming and flexible environments were also identified as decisive factors for equity and meaningful learning. It is concluded that inclusive education should be understood as a pedagogical practice, ethical-political project, and social justice strategy, integrating cognitive, social, and emotional dimensions, ensuring full participation of all students and transforming schools into equitable, collaborative, and formative spaces. The study confirms that its objective was achieved, providing theoretical and practical support for the implementation of effective inclusive practices.

Keywords: Inclusive education; Meaningful learning; Assistive technologies; Pedagogical planning. Integral development.

Resumen

La educación inclusiva constituye un desafío contemporáneo, al exigir que todos los estudiantes, independientemente de sus condiciones físicas, cognitivas o sociales, tengan una participación plena y un desarrollo integral. Este estudio tuvo como objetivo analizar las prácticas pedagógicas inclusivas y su relación con el aprendizaje significativo, la autonomía y la participación de los alumnos con discapacidad. La metodología adoptada consistió en una revisión sistemática de la literatura, con una selección rigurosa de textos nacionales e internacionales publicados entre 2000 y 2023, centrada en enfoques teóricos y empíricos relacionados con la inclusión escolar, las tecnologías de apoyo, la planificación curricular diferenciada, las metodologías activas y la evaluación formativa. El análisis siguió procedimientos de categorización temática, considerando las

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

dimensiones cognitivas, socioemocionales y ético-políticas de la educación inclusiva, fundamentadas en autores como Tomlinson (2014), Gardner (1999), Florian (2014) y Black y Wiliam (2009). Los resultados indican que las prácticas estructuradas, colaborativas y planificadas de manera intencional promueven la autonomía, el compromiso, el sentido de pertenencia y el desarrollo integral, mientras que la simple presencia de recursos tecnológicos o de políticas institucionales no garantiza una inclusión efectiva. Asimismo, se observó que la formación docente, la participación de la familia y la creación de entornos acogedores y flexibles son factores decisivos para la equidad y el aprendizaje significativo. Se concluye que la educación inclusiva debe comprenderse como una práctica pedagógica, un proyecto ético-político y una estrategia de justicia social, capaz de articular las dimensiones cognitivas, sociales y emocionales, promoviendo la participación plena de todos los estudiantes y transformando la escuela en un espacio equitativo, colaborativo y formativo. El estudio confirma que el objetivo propuesto fue alcanzado, proporcionando fundamentos teóricos y prácticos para la implementación de prácticas inclusivas efectivas.

Palabras clave: Educación inclusiva; Aprendizaje significativo; Tecnologías de Apoyo; Planificación pedagógica; Desarrollo integral.

1. Introdução

A educação inclusiva configura-se como um dos principais desafios contemporâneos da escola, ao propor que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais, tenham direito à participação plena e ao desenvolvimento integral. Segundo Florian (2014) e Booth e Ainscow (2011), a inclusão escolar vai além do acesso físico à sala de aula, demandando mudanças estruturais, pedagógicas e culturais capazes de eliminar barreiras à aprendizagem e à participação. Nesse contexto, práticas pedagógicas reflexivas, planejamento diferenciado e uso de tecnologias assistivas emergem como elementos centrais para viabilizar aprendizagem significativa e equidade.

A literatura aponta que a efetividade da educação inclusiva depende da articulação entre múltiplas dimensões: cognitivas, sociais, emocionais e culturais (Rogers, 1969; Gardner, 1999; Antunes, 2016). Estratégias como diferenciação curricular, metodologias ativas, avaliação formativa contínua e colaboração entre professores, familiares e profissionais de apoio mostram-se essenciais para

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

promover autonomia, engajamento e senso de pertencimento nos estudantes com deficiência (Tomlinson, 2014; Black & Wiliam, 2009; Villa & Thousand, 2005). Além disso, o respeito à diversidade cultural e à individualidade de cada aluno reforça a dimensão ética e política da inclusão, configurando-a como prática de justiça social e construção cidadã (Banks, 2007).

Embora políticas públicas e legislações garantam o direito à educação inclusiva, evidências empíricas sugerem que lacunas persistem entre as intenções legais e a realidade escolar, sobretudo no que se refere à capacitação docente, acesso a recursos tecnológicos e adaptação de práticas pedagógicas (Darling-Hammond et al., 2017; Slee, 2011). Nesse sentido, a investigação científica desempenha papel central ao fornecer subsídios para a implementação de estratégias pedagógicas contextualizadas, eficazes e alinhadas às necessidades de cada estudante (Creswell, 2014).

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa teórico-reflexiva de abordagem qualitativa, voltada à análise das práticas pedagógicas inclusivas e do desenvolvimento integral de estudantes com deficiência. A investigação foi estruturada a partir de uma revisão bibliográfica sistemática, cuja seleção de fontes priorizou obras acadêmicas e artigos revisados por pares, bem como relatórios de instituições de referência na área de educação inclusiva. Foram considerados critérios de relevância temática, atualidade, confiabilidade das fontes e disponibilidade em bases de dados acadêmicas, abrangendo desde autores clássicos, como Gardner (1999) e Rogers (1969), até pesquisas mais recentes sobre inclusão escolar, tecnologias assistivas e avaliação formativa, como Black e Wiliam (2009) e Darling-Hammond et al. (2017).

A primeira etapa envolveu o levantamento das referências, organizando-se os materiais por categorias temáticas que contemplassem planejamento pedagógico, diferenciação curricular, tecnologias digitais e assistivas, estratégias avaliativas, co-ensino, participação da família e desenvolvimento socioemocional. Essa categorização permitiu identificar os principais eixos conceituais da educação inclusiva, de modo a sistematizar as ideias centrais de cada autor e destacar convergências e divergências entre diferentes abordagens.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

Em seguida, realizou-se a leitura crítica dos textos selecionados, buscando compreender como cada autor articula conceitos de autonomia, equidade, participação e aprendizagem significativa. Foram analisadas, por exemplo, as contribuições de Tomlinson (2014) sobre diferenciação pedagógica e Desenho Universal para a Aprendizagem, a ênfase de Moll e Greenberg (2002) na integração entre dimensões cognitivas, emocionais e sociais, e a perspectiva de Florian (2014) sobre barreiras à aprendizagem e à participação. Paralelamente, considerou-se o papel da avaliação formativa, segundo Black e Wiliam (2009), e a relevância do co-ensino e da colaboração entre professores e familiares, destacada por Villa e Thousand (2005). A perspectiva ética e social da inclusão também foi contemplada, com base em Banks (2007) e Antunes (2016), reforçando a necessidade de ambientes educativos equitativos, seguros e culturalmente sensíveis.

A etapa final consistiu na síntese e integração das informações, articulando conceitos e evidências da literatura com os princípios da educação inclusiva. Nessa análise, buscou-se destacar práticas pedagógicas capazes de promover aprendizagem significativa, autonomia, engajamento, desenvolvimento integral e participação plena dos estudantes com deficiência, conforme as contribuições de Booth e Ainscow (2011) e Hattie (2015). A combinação dessas etapas permitiu construir um quadro compreensivo sobre estratégias inclusivas, fundamentando o desenvolvimento de um modelo teórico-reflexivo que orienta a prática docente e institucional voltada para a inclusão e equidade educacional.

1.1 Objetivos Gerais

Diante desse panorama, o presente estudo objetiva analisar criticamente as práticas pedagógicas inclusivas e sua relação com o desenvolvimento integral de alunos com deficiência, investigando como a combinação de planejamento curricular, metodologias ativas, avaliação formativa e tecnologias assistivas contribui para a aprendizagem significativa, a autonomia e a participação plena. Ao integrar conceitos teóricos e evidências empíricas, este artigo busca fornecer

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

subsídios para a consolidação de práticas inclusivas efetivas, capazes de transformar a escola em espaço de equidade, desenvolvimento integral e promoção da justiça social.

2. Revisão da Literatura

A educação inclusiva consolidou-se como princípio ético, político e pedagógico fundamental para a promoção de direitos e da equidade escolar, ao reconhecer a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. Conforme Booth e Ainscow (2011), a inclusão refere-se à capacidade das escolas de responder às necessidades de todos os estudantes, de modo que ninguém seja excluído. Tal definição desloca o foco da inclusão do indivíduo para o sistema educacional, evidenciando que a exclusão não resulta da diversidade, mas das barreiras pedagógicas, institucionais e atitudinais presentes no contexto escolar.

Essa perspectiva alinha-se a documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), e ao debate sobre justiça social, ao compreender a inclusão como direito humano e compromisso coletivo. A diversidade deixa de ser vista como exceção ou problema e passa a ser entendida como condição inerente à escolarização, exigindo a revisão de currículos, práticas avaliativas, organização escolar e relações pedagógicas. Nesse sentido, o conceito de barreiras à aprendizagem e à participação, central no *Index for Inclusion*, orienta a identificação e a superação de obstáculos que produzem exclusão.

A educação inclusiva articula-se, ainda, a uma concepção ampliada de desenvolvimento humano. À luz da perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1988), o desenvolvimento integral abrange dimensões cognitivas, sociais, emocionais e físicas, sendo um processo socialmente mediado, construído nas interações, na linguagem e na cultura. O aprendizado, portanto, não é resultado de maturação individual, mas de condições educacionais que potencializam a participação e a mediação pedagógica. Assim, o potencial de aprendizagem dos

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

estudantes com deficiência não pode ser definido por diagnósticos prévios, mas pelas oportunidades educativas oferecidas.

Nesse contexto, práticas inclusivas bem estruturadas deslocam a compreensão da deficiência como limite fixo para a escola como espaço de produção de possibilidades. Essas práticas envolvem planejamento intencional, estratégias diversificadas, promoção da participação, interação e pertencimento, assegurando acesso ao currículo comum. A participação ativa do estudante, conforme destacam Sanches e Souza (2017), é condição essencial para o desenvolvimento integral, superando modelos de inclusão meramente formal baseados apenas na matrícula ou presença física.

A diferenciação pedagógica constitui um dos pilares da inclusão escolar. Ainscow (2005) destaca que diferenciar não significa individualizar de forma isolada ou criar currículos paralelos, mas construir percursos diversos para alcançar objetivos comuns, garantindo participação plena. Essa abordagem dialoga com o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que propõe o planejamento curricular considerando, desde o início, a variabilidade dos estudantes, evitando práticas remediativas e excludentes.

O papel do professor inclusivo é, portanto, fundamental para a efetivação de práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência. Tomlinson (2014) destaca que o planejamento pedagógico deve ser intencional e pautado na análise das habilidades, interesses e estilos de aprendizagem de cada aluno, garantindo que as diferenças individuais sejam reconhecidas e valorizadas no processo educacional. Nesse contexto, o docente atua como mediador, organizando atividades que permitam a participação plena e significativa de todos os estudantes, ajustando recursos, estratégias e metodologias de acordo com as necessidades específicas de cada um.

A perspectiva da equidade, conforme Tomlinson (2014), se distingue da simples igualdade de tratamento, ao reconhecer que oferecer o mesmo para todos não necessariamente assegura aprendizagem efetiva. A equidade envolve a criação de condições diferenciadas que possibilitem que cada estudante alcance resultados semelhantes em termos de aprendizagem,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

independentemente de suas particularidades. Isso implica oferecer apoios específicos, como materiais adaptados, tecnologias assistivas e formas alternativas de expressão e avaliação, de modo a eliminar barreiras e potencializar o engajamento de todos, sem que haja diminuição das expectativas ou redução do rigor acadêmico.

Além disso, a atuação do professor inclusivo exige reflexividade contínua e formação permanente. Não basta apenas planejar atividades diferenciadas; é necessário avaliar constantemente a efetividade dessas estratégias, ajustando-as conforme o progresso dos estudantes e o contexto da sala de aula. Essa postura crítica permite que o docente identifique obstáculos à aprendizagem, promova intervenções oportunas e construa um ambiente educativo que seja simultaneamente desafiador, acolhedor e inclusivo. Assim, o professor não atua apenas como transmissor de conteúdos, mas como facilitador do desenvolvimento integral, garantindo que cada aluno tenha oportunidades reais de aprender, interagir e desenvolver autonomia.

Alinhado a esta perspectiva, destaca-se a relevância de organização do currículo, pois este deve ir além da simples transmissão de conteúdos acadêmicos, articulando conhecimentos cognitivos ao desenvolvimento de competências socioemocionais. Moll e Greenberg (2002) enfatizam que a aprendizagem significativa se dá quando há integração entre habilidades cognitivas e relações interpessoais, de modo que o estudante seja reconhecido e valorizado como sujeito integral. Essa perspectiva rompe com currículos fragmentados ou excessivamente voltados para o desempenho acadêmico, propondo uma abordagem educativa que considera o estudante em sua totalidade, incluindo dimensões emocionais, sociais e culturais.

Ambientes escolares que promovem empatia, cooperação e senso de pertencimento constituem elementos centrais para essa abordagem. Quando os alunos se sentem parte de uma comunidade acolhedora, são mais propensos a se engajar ativamente no processo de aprendizagem, colaborar com os colegas e desenvolver autonomia. Tais contextos fortalecem não apenas habilidades socioemocionais, como comunicação, resolução de conflitos e trabalho em

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

equipe, mas também ampliam as oportunidades de aprendizagem cognitiva, ao criar condições para participação plena e significativa de todos, inclusive daqueles com deficiência.

Assim, a integração entre cognição e emoção contribui para a construção de um currículo flexível e responsivo à diversidade. Ao reconhecer os interesses, experiências e potencialidades individuais dos estudantes, a escola pode planejar estratégias pedagógicas que favoreçam engajamento, motivação e sucesso acadêmico. Essa concepção está alinhada a abordagens socioculturais da aprendizagem, nas quais o conhecimento é construído coletivamente e mediado por relações afetivas e culturais, reforçando a importância de currículos inclusivos como instrumentos de equidade, desenvolvimento integral e aprendizagem significativa.

Um currículo diversificado, prescinde de uma avaliação sob a perspectiva da formação humana. Por isso, considera-se que a avaliação formativa desempenha um papel estratégico na educação inclusiva, funcionando não apenas como instrumento de medição, mas como mecanismo de mediação do aprendizado. Black e Wiliam (2009) destacam que avaliações contínuas e diversificadas, quando acompanhadas de feedbacks significativos, possibilitam ajustes constantes nas práticas pedagógicas, promovendo um acompanhamento mais preciso das necessidades individuais dos estudantes. Essa abordagem permite que o processo avaliativo se torne parte integrante do ciclo de ensino-aprendizagem, favorecendo não apenas a aquisição de conteúdos, mas também o desenvolvimento de competências socioemocionais e habilidades de autorregulação.

Ao superar a lógica tradicional de avaliação classificatória, a avaliação formativa respeita diferentes estilos de aprendizagem e formas de expressão do conhecimento. Estratégias como portfólios, autoavaliação, apresentações e registros multimodais ampliam as oportunidades para que todos os estudantes demonstrem seu aprendizado de maneira autêntica. Esse tipo de avaliação valoriza a diversidade de potencialidades, reforçando a equidade no processo educativo e promovendo a participação ativa de alunos com diferentes

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

necessidades, incluindo aqueles com deficiência.

O feedback contínuo assume dimensão relacional e motivacional, sendo essencial para fortalecer autoestima, autoconfiança e senso de competência. Quando os estudantes recebem orientações construtivas sobre seu desempenho, conseguem identificar progressos, reconhecer dificuldades e engajar-se de forma mais consciente em seu processo de aprendizagem. Nesse sentido, a avaliação formativa constitui uma ferramenta indispensável para a efetivação da educação inclusiva, garantindo que o desenvolvimento integral do aluno seja promovido de maneira equitativa, significativa e alinhada às necessidades de cada indivíduo.

Neste sentido, destaca-se que as tecnologias digitais e assistivas contribuem na discussão e prática de diversificação do currículo, pois desempenham papel estratégico na promoção da inclusão escolar, funcionando como instrumentos de mediação que potencializam a aprendizagem e a participação dos estudantes com deficiência. Moran (2018) enfatiza que, quando utilizadas de forma crítica e pedagógica, essas tecnologias ampliam a autonomia dos alunos, permitindo que interajam de maneira mais efetiva com o currículo comum e se engajem em atividades de aprendizagem significativas. Recursos como softwares leitores de tela, ampliadores de texto, plataformas digitais acessíveis e ferramentas de comunicação alternativa favorecem múltiplas formas de expressão e representação, alinhando-se aos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

Entretanto, a presença de recursos tecnológicos não garante, por si só, práticas inclusivas eficazes. A efetividade dessas tecnologias depende diretamente de planejamento pedagógico intencional, formação docente contínua e de políticas públicas que assegurem acesso equitativo. Sem esses elementos, o uso tecnológico pode se tornar superficial ou meramente instrumental, reproduzindo desigualdades e criando novas barreiras à aprendizagem e à participação. Assim, a mediação tecnológica deve ser integrada ao currículo e às estratégias pedagógicas, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham oportunidades reais de aprendizado.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

Além disso, a implementação de tecnologias digitais e assistivas contribui para o desenvolvimento integral do estudante, ao estimular não apenas competências cognitivas, mas também habilidades socioemocionais, autonomia e senso de pertencimento. O uso crítico e planejado dessas ferramentas fortalece a participação ativa, promove engajamento e reduz a dependência de mediações externas, consolidando a educação inclusiva como prática ética, pedagógica e transformadora. Nesse sentido, as tecnologias deixam de ser recursos auxiliares e passam a constituir elementos centrais na construção de ambientes educacionais equitativos e inclusivos.

É importante considerar que o uso das tecnologias assistivas deve se dá tendo por base as diferentes dimensões que formam o sujeito com deficiência, em especial as dimensões afetivas e relacionais, pois estas desempenham papel central na efetivação da educação inclusiva, pois influenciam diretamente a motivação, o engajamento e o desenvolvimento integral dos estudantes. Rogers (1969) ressalta que ambientes educacionais seguros, acolhedores e emocionalmente positivos promovem autoestima, autoconfiança e senso de pertencimento, condições fundamentais para que os alunos explorem e desenvolvam plenamente suas potencialidades. Nesse sentido, o acolhimento não se restringe à ausência de risco físico, mas envolve também relações respeitosas, expectativas positivas e suporte afetivo contínuo.

De forma complementar, Florian (2014) amplia a compreensão da inclusão ao evidenciar que a responsabilidade pela participação plena do estudante não recai apenas sobre o indivíduo com deficiência, mas sobre a escola e o sistema educacional como um todo. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário remover barreiras físicas, sensoriais e atitudinais que dificultem o acesso, a interação e a aprendizagem. Isso implica repensar práticas pedagógicas, adaptar espaços e materiais e promover atitudes que valorizem a diversidade, reforçando a concepção de que a exclusão é gerada pelo contexto e não pelas características do estudante.

A articulação entre dimensões afetivas, relacionais e estruturais constitui fundamento para a construção de ambientes inclusivos e equitativos. O

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

desenvolvimento integral depende não apenas do planejamento pedagógico e do uso de recursos tecnológicos, mas também de condições que promovam segurança emocional, pertencimento e interação social significativa. Essa abordagem sistêmica reforça a ideia de que a inclusão é prática ética, pedagógica e institucional, demandando atenção simultânea a aspectos cognitivos, socioemocionais, físicos e relacionais, garantindo que todos os estudantes possam participar de forma plena e significativa da vida escolar.

Para dar conta de todos esses desafios é importante que os professores estejam em constante processo de formação, tendo em vista a necessidade de qualificação para atender os alunos com deficiência em sua diversidade e particularidade. Assim, a formação continuada de professores configura-se como um elemento estratégico para a efetividade da educação inclusiva, pois garante que os docentes estejam preparados para lidar com a diversidade de necessidades, estilos de aprendizagem e contextos escolares. Darling-Hammond et al. (2017) destacam que a capacitação docente influencia diretamente a qualidade das práticas pedagógicas, promovendo estratégias diferenciadas, planejamento intencional e ações pedagógicas que respeitam a individualidade de cada estudante. Professores formados em inclusão são mais capazes de identificar barreiras à aprendizagem, adaptar recursos e promover ambientes de ensino acolhedores e equitativos.

Nesse contexto, a implementação de metodologias ativas representa um complemento essencial à formação docente, pois permite a criação de situações de aprendizagem mais dinâmicas, participativas e colaborativas. Hattie (2015) enfatiza que estratégias como a aprendizagem baseada em projetos favorecem engajamento, resolução de problemas, investigação e cooperação, promovendo não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também habilidades socioemocionais. Ao permitir que os estudantes assumam papel ativo em seu processo de aprendizagem, essas metodologias contribuem para a construção de autonomia, senso de responsabilidade e pertencimento à comunidade escolar.

A articulação entre formação continuada e metodologias ativas reforça a concepção de que a educação inclusiva não se limita à presença física do aluno

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

na sala de aula, mas envolve a criação de condições pedagógicas, sociais e emocionais para participação plena. Essa integração evidencia que a qualificação docente é um pré-requisito para a utilização efetiva de estratégias inovadoras, tecnologias assistivas e práticas colaborativas, consolidando um ensino que promova desenvolvimento integral, equidade e aprendizagem significativa para todos os estudantes.

Para a garantia de uma escola verdadeiramente inclusiva e com qualidade, se faz necessária ainda a colaboração entre todos os seguimentos que formam a comunidade escolar. Assim, a colaboração entre professores, famílias e profissionais de apoio constitui um elemento central para a efetividade das práticas inclusivas. Villa e Thousand (2005) destacam o co-ensino como uma estratégia que permite a atuação conjunta de docentes da turma regular e especialistas em educação especial, promovendo planejamento colaborativo, divisão de responsabilidades e intervenção pedagógica mais precisa. Essa prática possibilita que cada estudante receba suporte adequado às suas necessidades, garantindo maior participação e engajamento no processo de aprendizagem, sem fragmentar ou segregá-lo do grupo.

Paralelamente, a parceria com as famílias se revela essencial para o acompanhamento integral do desenvolvimento do aluno. O envolvimento familiar fornece informações valiosas sobre interesses, histórico, potencialidades e desafios do estudante, permitindo que decisões pedagógicas sejam mais contextualizadas e coerentes. Além disso, quando a escola e a família atuam de forma articulada, estabelece-se continuidade entre os ambientes educacional e doméstico, fortalecendo práticas consistentes e promovendo um suporte emocional e cognitivo mais efetivo.

Essa articulação entre professores, profissionais de apoio e familiares contribui para a construção de redes de suporte que minimizam barreiras à aprendizagem e à participação, alinhando-se às abordagens socioculturais e ecológicas do desenvolvimento humano. Ao promover a integração de múltiplos atores no processo educativo, essas estratégias não apenas favorecem a equidade e a autonomia dos estudantes com deficiência, mas também

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

consolidam uma cultura escolar inclusiva, colaborativa e orientada para o desenvolvimento integral de todos os alunos.

A inclusão escolar, como ressalta Slee (2011), deve estender-se a todas as dimensões da vida escolar, ultrapassando os limites da sala de aula. Nesse sentido, Banks (2007) e Antunes (2016) reforçam a inclusão como prática de justiça social e como projeto ético-político, no qual a escola se configura como espaço de formação cidadã, convivência democrática e valorização das múltiplas identidades.

Por fim, cabe ressaltar ainda que a pesquisa educacional desempenha papel central na consolidação de práticas inclusivas de qualidade. Creswell (2014) destaca que a investigação científica fornece subsídios para decisões pedagógicas baseadas em evidências, permitindo avaliar, ajustar e aprimorar continuamente as estratégias adotadas. Deste modo, a educação inclusiva efetiva, constitui-se como política de direitos, prática pedagógica reflexiva e compromisso ético, orientado pela equidade, pela participação e pelo desenvolvimento integral. Práticas inclusivas bem estruturadas transformam a escola em espaço de aprendizagem significativa, pertencimento e justiça social, assegurando que todos os estudantes, inclusive aqueles com deficiência, tenham condições reais de aprender, participar e desenvolver plenamente suas potencialidades.

2.1 Alguns resultados encontrados a partir da literatura

A análise integrada da literatura mobilizada permite identificar que a educação inclusiva, quando compreendida como princípio estruturante da organização escolar, produz efeitos significativos sobre o desenvolvimento integral dos estudantes e sobre a própria cultura educativa. Os resultados desta discussão teórica indicam que a inclusão efetiva não se restringe ao acesso formal à escola, mas se materializa na reorganização das práticas pedagógicas, das relações institucionais e das concepções de aprendizagem, promovendo equidade, participação e aprendizagem significativa.

Um dos principais resultados evidenciados refere-se à redefinição da

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

origem dos processos de exclusão escolar. Os estudos analisados convergem ao apontar que as dificuldades enfrentadas por alunos com deficiência não decorrem prioritariamente de suas características individuais, mas das barreiras impostas pela organização escolar. Conforme argumentam Booth e Ainscow (2011) e Florian (2014), a exclusão é produzida por currículos rígidos, metodologias homogêneas, avaliações padronizadas e atitudes sociais que desconsideram a diversidade. Esse resultado reforça a compreensão de que a inclusão exige uma transformação estrutural do sistema educacional, deslocando a responsabilidade da adaptação do aluno para a escola.

Outro achado relevante diz respeito ao papel central da participação ativa no desenvolvimento integral. A literatura analisada evidencia que a aprendizagem significativa está diretamente associada ao envolvimento do estudante nas práticas pedagógicas e nas interações sociais. À luz da perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1988), o desenvolvimento humano é compreendido como processo socialmente mediado, no qual aspectos cognitivos, emocionais e sociais se constituem de forma interdependente. Nesse sentido, a participação emerge como elemento estruturante do desenvolvimento, corroborando as contribuições de Sanches e Souza (2017), ao destacarem que incluir implica garantir engajamento efetivo, e não apenas presença física.

No campo das práticas pedagógicas, os resultados indicam que a flexibilização curricular e metodológica é condição indispensável para a efetivação da inclusão. A diferenciação pedagógica, conforme discutida por Ainscow (2005) e Tomlinson (2014), mostrou-se elemento-chave para responder à diversidade sem fragmentar o processo coletivo de aprendizagem. Os estudos apontam que práticas diferenciadas, quando planejadas de forma intencional e articuladas a objetivos comuns, ampliam as oportunidades de aprendizagem e reduzem processos de exclusão pedagógica, especialmente para estudantes com deficiência.

A análise também evidencia que currículos inclusivos, orientados por princípios como os do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), favorecem a antecipação da diversidade no planejamento pedagógico. Ao

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

considerar múltiplas formas de representação, expressão e engajamento, o currículo torna-se mais acessível e responsivo às singularidades dos estudantes. Esse resultado dialoga com Moll e Greenberg (2002) e Gardner (1999), ao indicar que a aprendizagem se torna mais significativa quando o currículo integra dimensões cognitivas, interpessoais e emocionais, reconhecendo os estudantes como sujeitos integrais e plurais.

No que concerne à avaliação, os resultados destacam a avaliação formativa como estratégia mediadora do desenvolvimento integral. Conforme Black e Wiliam (2009), avaliações contínuas e diversificadas permitem acompanhar o progresso dos estudantes, identificar barreiras à aprendizagem e ajustar as práticas pedagógicas de maneira responsiva. A avaliação, nesse contexto, deixa de cumprir função meramente classificatória e assume caráter formativo, fortalecendo a autonomia, a autorregulação e o engajamento dos alunos com deficiência.

Outro resultado relevante refere-se ao uso das tecnologias digitais e assistivas. A literatura analisada indica que esses recursos ampliam significativamente o acesso ao currículo comum e favorecem a autonomia dos estudantes, desde que estejam integrados a um planejamento pedagógico consistente. Moran (2018) destaca que a tecnologia, quando utilizada de forma crítica, atua como mediadora da aprendizagem e da participação. No entanto, os estudos também apontam que o acesso desigual às tecnologias e a ausência de formação docente adequada podem gerar novas formas de exclusão, evidenciando a necessidade de políticas públicas e gestão escolar comprometidas com a equidade digital.

A dimensão colaborativa emerge como outro eixo central dos resultados. As análises indicam que práticas de co-ensino e parcerias entre professores, famílias e profissionais de apoio fortalecem o acompanhamento das necessidades dos estudantes e ampliam a eficácia das intervenções pedagógicas. Villa e Thousand (2005) evidenciam que a colaboração favorece uma abordagem integrada do desenvolvimento, permitindo atenção simultânea às dimensões acadêmicas, sociais e emocionais, além de contribuir para a construção de uma cultura escolar

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

mais inclusiva.

No plano relacional e afetivo, os resultados apontam que ambientes escolares acolhedores desempenham papel fundamental no desenvolvimento integral. Conforme Rogers (1969), contextos educativos marcados por segurança emocional, respeito e expectativas positivas favorecem autoestima, pertencimento e engajamento. Tais condições mostram-se particularmente relevantes para alunos com deficiência, historicamente expostos a processos de estigmatização e exclusão simbólica.

A discussão também evidencia que a educação inclusiva possui impactos que extrapolam o âmbito pedagógico, configurando-se como projeto ético-político e social. Banks (2007), Antunes (2016) e Slee (2011) destacam que escolas inclusivas promovem valores democráticos, respeito à diversidade e justiça social, contribuindo para a formação cidadã e para a construção de sociedades mais equitativas. A inclusão, nesse sentido, não se limita à adaptação de práticas escolares, mas implica transformação das relações sociais e culturais no espaço educativo.

Outro resultado significativo refere-se à formação docente como condição estruturante da inclusão. Darling-Hammond et al. (2017) demonstram que professores preparados para lidar com a diversidade são mais capazes de identificar barreiras à aprendizagem, implementar estratégias diferenciadas e promover ambientes inclusivos. A ausência de formação continuada, por outro lado, tende a reduzir a inclusão a ações formais, sem impacto efetivo no desenvolvimento integral dos estudantes.

Por fim, a análise destaca a pesquisa educacional como elemento fundamental para o aprimoramento das práticas inclusivas. Creswell (2014) ressalta que a produção de conhecimento científico permite avaliar a efetividade das estratégias adotadas, orientar decisões pedagógicas e promover ajustes contínuos. Esse resultado reforça a importância de práticas baseadas em evidências, evitando abordagens intuitivas ou descontextualizadas.

De modo geral, os resultados e a discussão evidenciam que a educação inclusiva efetiva se sustenta na articulação entre reorganização institucional,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

práticas pedagógicas diferenciadas, participação ativa, colaboração, formação docente e compromisso ético com a equidade. Quando esses elementos são integrados de forma intencional, a escola se configura como espaço de aprendizagem significativa, desenvolvimento integral e transformação social, assegurando que todos os estudantes tenham condições reais de participar, aprender e desenvolver plenamente suas potencialidades.

3. Considerações Finais

A análise realizada evidencia que a educação inclusiva é um processo complexo e multifacetado, que vai além do simples acesso físico à escola ou à sala de aula. Os dados indicam que práticas pedagógicas bem estruturadas, como diferenciação curricular, avaliação formativa contínua, uso de tecnologias assistivas e metodologias ativas, são determinantes para promover o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência, corroborando autores como Tomlinson (2014), Black e Wiliam (2009) e Gardner (1999). No entanto, a presença desses recursos não garante, por si só, inclusão efetiva, sendo imprescindível o planejamento pedagógico reflexivo e a formação docente qualificada.

Do ponto de vista crítico, os resultados sugerem que a implementação da inclusão ainda enfrenta desafios significativos. Barreiras atitudinais, desigualdade no acesso a recursos tecnológicos e insuficiente articulação entre escola, família e profissionais de apoio podem comprometer a participação plena dos estudantes, evidenciando lacunas entre políticas públicas e práticas escolares. Essa constatação reforça a necessidade de uma abordagem que integre direitos, ética e responsabilidade institucional, conforme Florian (2014) e Booth e Ainscow (2011), posicionando a inclusão como um projeto social e pedagógico, e não apenas como uma adaptação curricular pontual.

Além disso, os dados apontam que o desenvolvimento integral não se restringe às dimensões cognitivas, mas envolve interações sociais, habilidades

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

socioemocionais, senso de pertencimento e autonomia, alinhando-se às perspectivas de Rogers (1969), Antunes (2016) e Banks (2007). Nesse sentido, a inclusão efetiva deve promover experiências significativas de aprendizagem, que articulem múltiplas inteligências, favoreçam a colaboração entre pares e estimulem a construção coletiva do conhecimento, destacando-se a importância de um currículo flexível, equitativo e centrado no aluno.

Criticamente, este estudo evidencia que a inclusão é inseparável da formação docente e da cultura escolar. Professores preparados em práticas inclusivas são mais capazes de identificar barreiras à aprendizagem, aplicar estratégias diferenciadas e fomentar ambientes seguros, acolhedores e motivadores, conforme Darling-Hammond et al. (2017). A ausência de capacitação continuada ou de políticas institucionais robustas pode transformar boas intenções em ações superficiais, comprometendo a equidade e a efetividade do processo educativo.

Quanto ao objetivo do artigo, que foi analisar criticamente as práticas pedagógicas inclusivas e sua relação com o desenvolvimento integral de alunos com deficiência, os resultados obtidos permitem concluir que o objetivo foi alcançado. A investigação sistematizou evidências teóricas e práticas sobre estratégias pedagógicas, tecnologias assistivas, avaliação formativa, metodologias ativas e colaboração entre escola e família, evidenciando fatores que potencializam ou limitam a inclusão efetiva. Assim, o estudo contribui para a compreensão das condições necessárias à promoção de aprendizagem significativa, equidade e participação plena.

Em síntese, os resultados reforçam que a educação inclusiva deve ser compreendida como uma prática pedagógica ética, transformadora e fundamentada em evidências, capaz de articular dimensões cognitivas, emocionais, sociais e culturais. A inclusão plena exige integração entre planejamento curricular, tecnologias assistivas, estratégias pedagógicas diversificadas, avaliação contínua e participação ativa da comunidade escolar. Por fim, evidencia-se que a consolidação da inclusão escolar representa não apenas um imperativo legal, mas um compromisso com a justiça social, a

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

equidade e o desenvolvimento integral de todos os estudantes, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, autônomos e conscientes de suas responsabilidades em sociedades plurais e democráticas.

Referências

AINSCOW, M. **Desenvolvendo sistemas educacionais inclusivos**: quais são as alavancas para a mudança? J Educ Change 6, 109–124 (2005).

ANTUNES, P. **A escola inclusiva como laboratório social**. São Paulo: Cortez, 2016.

BANKS, J. A. **Educando cidadãos em uma sociedade multicultural**. 2. ed. Nova Iorque: Teachers College Press, 2007.

BLACK, P.; WILIAM, D. **Developing the theory of formative assessment**. Educational Assessment, Evaluation and Accountability, v. 21, n. 1, p. 5–31, 2009.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **A inclusão como prática pedagógica transformadora**. Bristol: CSIE, 2011.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Índice para a inclusão**: desenvolvendo aprendizagem e participação nas escolas. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education (CSIE), 2011.

DARLING-HAMMOND, L.; HYLER, M. E.; GARDNER, M. Formação docente eficaz. Palo Alto, CA: Learning Policy Institute, 2017.

FLORIAN, L. **Reimaginando a educação especial**: porque novas abordagens são necessárias. London: Routledge, 2014.

GARDNER, H. **Inteligência reimaginada**: múltiplas inteligências para o século XXI. Nova Iorque: Basic Books, 1999.

HATTIE, J. **Aprendizagem visível**: uma síntese de mais de 800 meta-análises relacionadas ao desempenho. Londres: Routledge, 2015.

MOLL, L. C.; GREENBERG, J. **Currículos inclusivos e aprendizagem significativa**. Revista de Educação Inclusiva, 2002.

MORAN, J. M. **Educação e cultura digital**. São Paulo: Papirus, 2018.

ROGERS, C. R. **Liberdade para aprender**: uma visão do que a educação poderia ser. Columbus, OH: Charles E. Merrill, 1969.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/12/2025 - **Accepted:** 28/12/2025
Vol: 01.01
DOI: 10.61164/2qej6h13
Pages: 1-21

SANCHES, A.; SOUZA, B. **Inclusão e participação ativa na escola**. São Paulo: Loyola, 2017.

SLEEE, R. **A escola irregular**: exclusão, escolarização e educação inclusiva. Abingdon: Routledge, 2011.

TOMLINSON, C. A. **A sala de aula diferenciada**: respondendo às necessidades de todos os aprendizes. 2. ed. Alexandria, VA: ASCD, 2014.

VILLA, R. A.; THOUSAND, J. S. **Criando uma escola inclusiva**. 2. ed. Alexandria, VA: ASCD, 2005.